**LIMITAÇÕES NO ACESSO A MEDICAMENTOS SEGUROS EM GESTANTES COM TRANSTORNOS MENTAIS**

Elisabete Soares de Santana1

José adeilson da Silva2

Jhonatan Andrade Rocha3

Jarreny Alves da Silva4

Robner Carlos Lopes Assunção5

Amanda Guedes Barbosa da Silva6

Debora Barros Sousa7

Amanda Pereira de Siqueira8

Jessica de Jesus Nunes9

Shirley Helena dos Santos Henriques da Silva10

Clarkson Henrique Santos Lemos11

Karolline da Silva Menezes12

Valnice Heloísa Cláudio de Farias Lellys13

Samantha da Silva Souza Silva14

Dioniso Freire Ferreira15

**RESUMO:**

**Introdução:** Transtornos mentais durante a gravidez representam desafios complexos para as gestantes, com implicações significativas para sua saúde e para o desenvolvimento do feto. A necessidade de cautela no uso de medicamentos devido aos possíveis riscos ao feto reduz as opções de tratamento disponíveis, enquanto a falta de dados robustos sobre a segurança desses medicamentos para gestantes limita o acesso a intervenções farmacológicas seguras. A ausência de estudos clínicos direcionados a essa população gera incertezas para profissionais de saúde e pacientes, afetando a adesão ao tratamento e a qualidade dos cuidados. **Objetivo:** Este estudo objetiva explorar as barreiras que restringem o acesso a medicamentos seguros para gestantes com transtornos mentais. Serão destacados obstáculos principais, incluindo percepções de risco, estigmas sociais, lacunas informacionais, barreiras econômicas e insuficiências nas políticas de saúde, visando propor estratégias que favoreçam um tratamento seguro e eficaz para essa população. **Metodologia:** Foi conduzida uma revisão sistemática da literatura nas bases SciELO, Medline e Lilacs, com os descritores “Gestantes”, “Medicamentos Seguros” e “Transtornos Mentais”, utilizando o operador booleano "*AND*". Foram incluídos artigos completos publicados entre 2020 e 2024, excluindo duplicados, artigos pagos e aqueles não diretamente relacionados ao tema. A busca inicial resultou em 85 artigos, dos quais 18 foram selecionados para análise detalhada, abordando fatores como estigmas, falta de informação e desafios econômicos que limitam o acesso a tratamentos adequados. **Resultados e Discussões:** Os estudos selecionados revelaram que gestantes com transtornos mentais enfrentam diversas barreiras para o tratamento seguro. A escassez de dados clínicos sobre a segurança de psicotrópicos em gestantes gera incertezas, levando à relutância em iniciar ou continuar tratamentos. A estigmatização social e a ausência de diretrizes específicas tornam o tratamento menos acessível, ao mesmo tempo que a falta de integração entre cuidados de saúde mental e saúde materna dificulta a abordagem completa das necessidades dessa população. A colaboração entre profissionais de diferentes áreas, como psiquiatria e obstetrícia, além do uso de intervenções não farmacológicas, como terapia cognitivo-comportamental, mostrou-se uma abordagem eficaz e segura para o manejo dos sintomas. **Conclusão:** A superação das barreiras para o tratamento de transtornos mentais em gestantes exige diretrizes clínicas específicas, uma abordagem multidisciplinar e campanhas de conscientização para reduzir o estigma. Promover a formação de profissionais para lidar com essa população vulnerável e desenvolver políticas de saúde pública integradas são ações cruciais para melhorar o acesso a tratamentos seguros e eficazes. A implementação dessas estratégias pode garantir um cuidado integral que atenda às necessidades de saúde mental das gestantes, promovendo o bem-estar tanto das mulheres quanto de seus filhos.

**Palavras-Chave:** Gestantes, Medicamentos Seguros, Transtornos Mentais.

**Área Temática:** Ciência da Saúde

**E-mail do autor principal:** elisabetesoares349@gmail.com

1Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - Pernambuco, [elisabetesoares349@gmail.com](mailto:elisabetesoares349@gmail.com).

2Centro Universitário do Recife - UNIPESU, Recife - Pernambuco, [Adeilson.silva2@ufpe.br](mailto:Adeilson.silva2@ufpe.br).

3Enfermeiro, Universidade Federal do Maranhão - Ufma, Imperatriz - Maranhão, [andradejhonatan266@gmail.com](mailto:andradejhonatan266@gmail.com).

4Enfermagem, Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, Colinas- MA, [alvesjarreny@gmail.com](mailto:alvesjarreny@gmail.com).

5Enfermagem, Universidade da Amazônia - UNAMA, Ananindeu - Pa, [rcla\_2022@hotmail.com](mailto:rcla_2022@hotmail.com).

6Farmacêutica, Faculdades Nova Esperança - FACENE, João Pessoa - PB. [mand\_g@outlook.com](mailto:mand_g@outlook.com).

7Enfermagem, Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel - FATEFIG, Tucuruí- Pará. [deborabarrossousa2001@gmail.com](mailto:deborabarrossousa2001@gmail.com).

8Enfermagem ,Universidade do Estado de Mato -Grosso -Unemat [amanda.siqueira@unemat.br](mailto:amanda.siqueira@unemat.br).

9Psicóloga, Centro Universidade Uniruy- Wyden, Salvador- Bahia, [psi.jelnunes@gmail.com](mailto:psi.jelnunes@gmail.com).

10Enfermeira, Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém- Pa, Shirleyhenriquesdasilva7413@gmail.com.

11Tecnólogo em Radiologia, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Teresina-PI, [clarkhenryque@gmail.com](mailto:clarkhenryque@gmail.com).

12Enfermeira, UNIESP Centro Universitário - UNIESP, Cabedelo-PB, enfa.karollinemenezes@gmail.com.

13Enfermeira, Faculdade de Campina Grande FACCG, Assunção/PB, valnicelellysenf@gmail.com.

14Farmácia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Seropédica - RJ, samanthasouza@ufrrj.br.

15Farmácia, Centro Universitário Faculdade Metropolitana - UNIFAMETRO, Fortaleza - CE, dionisoferreira@gmail.com.

**1. INTRODUÇÃO**

As gestantes que enfrentam transtornos mentais enfrentam desafios significativos na gestão de sua saúde e bem-estar, especialmente quando se trata do uso de medicamentos. Durante a gravidez, as mulheres têm um acesso limitado a tratamentos farmacológicos devido a preocupações sobre a segurança dos fármacos para o feto (Da Silveira *et al*., 2020). A exposição a certos medicamentos pode resultar em efeitos adversos, como malformações congênitas e complicações no desenvolvimento neurológico da criança, levando à necessidade de cautela extrema no tratamento de transtornos mentais durante esse período (Domingues *et al*., 2020).

Adicionalmente, as diretrizes clínicas frequentemente subestimam a prevalência e a gravidade dos transtornos mentais em gestantes, resultando em uma subutilização de tratamentos adequados. Muitos profissionais de saúde hesitam em prescrever medicamentos, temendo a responsabilidade legal e os riscos potenciais associados à terapia medicamentosa em grávidas (Garcia *et al*., 2020). Essa relutância pode levar à negligência do tratamento, exacerbando os sintomas dos transtornos mentais e, consequentemente, afetando tanto a saúde da mãe quanto do bebê.

A falta de pesquisas robustas sobre a segurança de medicamentos em populações grávidas agrava ainda mais essa questão. A maioria dos estudos sobre medicamentos exclui gestantes devido a considerações éticas, resultando em um vácuo de informações que impede decisões informadas sobre o uso de medicamentos (Oliveira *et al*., 2020). Essa lacuna nas evidências torna difícil para os profissionais de saúde recomendar tratamentos seguros e eficazes, perpetuando o ciclo de incerteza e receio em relação ao uso de medicamentos durante a gestação (De Moraes *et al*., 2020).

As políticas de saúde pública também desempenham um papel crucial nas limitações do acesso a medicamentos seguros para gestantes com transtornos mentais. Muitas vezes, a falta de integração entre serviços de saúde mental e serviços de saúde materna resulta em uma abordagem fragmentada, dificultando o tratamento adequado (Stocco *et al*., 2024). Essa desconexão pode levar a lacunas no cuidado, onde as necessidades específicas de saúde mental das gestantes não são atendidas de maneira eficaz.

Por fim, é fundamental que haja uma conscientização crescente sobre a importância de oferecer suporte adequado a gestantes com transtornos mentais. A educação dos profissionais de saúde, o aumento das pesquisas sobre a segurança de medicamentos em gestantes e a implementação de políticas que promovam a integração dos cuidados podem contribuir para melhorar o acesso a tratamentos seguros e eficazes. Somente através de uma abordagem abrangente será possível garantir que essas mulheres recebam o cuidado necessário para sua saúde mental e o bem-estar de seus filhos (Preto *et al*., 2020).

O objetivo do trabalho é investigar as limitações no acesso a medicamentos seguros para gestantes que apresentam transtornos mentais, com foco nas barreiras enfrentadas por essas mulheres no tratamento farmacológico durante a gestação. A pesquisa buscará identificar fatores que impactam negativamente o acesso, como percepções de risco entre profissionais de saúde, lacunas na informação disponível, estigmas sociais, questões econômicas e deficiências nas políticas de saúde pública. Além disso, será analisada a influência dessas barreiras na adesão ao tratamento e na saúde mental das gestantes, visando propor estratégias que melhorem o acesso a intervenções seguras e eficazes.

**2. METODOLOGIA**

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura utilizando os termos "Descritor em Ciências da Saúde (DeCS)": "Gestantes"; "Medicamentos Seguros"; "Transtornos Mentais". As bases de dados consultadas foram Scientific Electronic Library Online (SciELO), Medline e Lilacs. Utilizou-se o operador booleano "*AND*" para combinar os descritores e refinar a busca, com o objetivo de localizar estudos que tratam das limitações no acesso a medicamentos seguros para gestantes que apresentam transtornos mentais.

A seleção dos artigos seguiu critérios de inclusão e exclusão pré-definidos, priorizando pesquisas que investigam as barreiras enfrentadas por gestantes no tratamento farmacológico durante a gestação. Foram incluídos estudos que abordaram diretamente a temática proposta, com artigos completos publicados entre 2020 e 2024. Como critérios de exclusão, foram descartados artigos pagos, repetidos e aqueles sem relação explícita com a temática central.

A busca inicial resultou em 85 artigos relevantes. Após uma leitura criteriosa e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 18 artigos foram selecionados para análise detalhada. Esses estudos forneceram uma visão abrangente sobre as dificuldades de acesso a medicamentos seguros, explorando aspectos como estigmas sociais, falta de informação, barreiras econômicas e deficiências nas políticas de saúde pública que afetam a saúde mental das gestantes.

A análise dos artigos selecionados revelou que, apesar da necessidade de tratamento farmacológico seguro durante a gestação, muitas mulheres enfrentam obstáculos significativos que impactam sua saúde e bem-estar. Essa revisão contribui para o entendimento das limitações no acesso a medicamentos, destacando a urgência de estratégias que melhorem a disponibilidade e a adequação dos tratamentos para essa população vulnerável.

**3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A gravidez é um período crucial que pode ser impactado por transtornos mentais, afetando tanto a saúde da mãe quanto a do feto. Estudos indicam que até 20% das gestantes podem apresentar sintomas de transtornos como depressão e ansiedade (Chaves *et al*., 2023). A presença desses transtornos pode levar a complicações durante a gestação, como parto prematuro, baixo peso ao nascer e dificuldades de apego entre mãe e filho. Entretanto, o acesso a tratamentos seguros para essas mulheres é frequentemente limitado, criando um dilema entre o tratamento dos transtornos e a proteção do feto (Martins *et al*., 2022).

Um dos principais obstáculos ao acesso a medicamentos seguros é a escassez de dados robustos sobre a segurança e eficácia de tratamentos psicotrópicos durante a gravidez. Muitos estudos clínicos excluem gestantes, resultando em lacunas significativas nas informações disponíveis (Arnaud *et al*., 2021). Isso não apenas dificulta a prescrição de medicamentos adequados, mas também gera insegurança e ansiedade tanto para as gestantes quanto para os profissionais de saúde. Essa falta de evidência pode levar à hesitação em iniciar ou continuar tratamentos necessários, exacerbando os sintomas e comprometendo a saúde mental da gestante (Barbosa *et al*., 2021).

A estigmatização dos transtornos mentais durante a gestação também desempenha um papel negativo. Muitas mulheres grávidas temem que procurar tratamento resulte em julgamentos ou preconceitos, o que pode levar à interrupção do tratamento ou à não adesão a regimes terapêuticos. Essa estigmatização pode ser alimentada por uma falta de compreensão sobre a saúde mental, tanto pela sociedade quanto por alguns profissionais de saúde, dificultando a busca por ajuda (Da Silva *et al*., 2020).

Outro desafio significativo é a ausência de diretrizes claras sobre o tratamento de transtornos mentais em gestantes. Profissionais de saúde frequentemente se sentem despreparados para lidar com a complexidade desses casos, levando a decisões conservadoras que podem não atender às necessidades das pacientes. A falta de treinamento adequado pode resultar em práticas subótimas que não consideram os riscos e benefícios do tratamento, prejudicando a saúde da mãe e do feto (De Resende *et al*., 2022).

As políticas de saúde pública também influenciam o acesso a medicamentos seguros. Em muitos países, regulamentações rigorosas e limitações na cobertura de seguros dificultam o acesso a tratamentos adequados. Além disso, a falta de incentivos para a pesquisa em medicamentos seguros durante a gravidez perpetua a escassez de opções disponíveis, deixando as gestantes em uma situação vulnerável (Avila *et al*., 2020).

A abordagem multidisciplinar no manejo de transtornos mentais em gestantes pode ser benéfica. A colaboração entre psiquiatras, obstetras e outros profissionais de saúde pode facilitar a comunicação e a tomada de decisões informadas, ajudando a mitigar os riscos associados ao uso de medicamentos. Essa abordagem integrada promove uma melhor saúde materno-fetal e permite que as gestantes recebam um tratamento mais abrangente e seguro (De Carvalho *et al*., 2023).

Adicionalmente, considerar alternativas não farmacológicas no manejo de transtornos mentais durante a gestação é essencial. Intervenções como terapia cognitivo-comportamental, exercícios físicos e técnicas de relaxamento têm mostrado eficácia em alguns casos. Essas abordagens podem ser utilizadas em conjunto com tratamentos medicamentosos, oferecendo suporte adicional para as gestantes na gestão de seus sintomas de forma mais segura (De Sales *et al*., 2024).

Por fim, a conscientização sobre a importância do acesso a medicamentos seguros e eficazes deve ser uma prioridade. Campanhas educacionais destinadas a gestantes, profissionais de saúde e à sociedade podem ajudar a reduzir o estigma associado aos transtornos mentais e promover um diálogo aberto sobre saúde mental durante a gravidez. A promoção de uma cultura de aceitação e compreensão não só melhora a adesão ao tratamento, mas também contribui significativamente para a saúde e o bem-estar das mulheres e de seus filhos (Possa *et al*., 2021).

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A gravidez representa um período de vulnerabilidade significativa para muitas mulheres, especialmente aquelas que enfrentam transtornos mentais. As limitações no acesso a medicamentos seguros, exacerbadas pela falta de dados robustos e diretrizes claras, impõem desafios consideráveis para o tratamento eficaz dessas condições. A exclusão de gestantes da pesquisa clínica e a estigmatização em torno da saúde mental são barreiras que dificultam a busca por cuidados adequados. Assim, é crucial que se desenvolvam estratégias que abordem essas limitações e promovam uma abordagem mais inclusiva e informada no tratamento de gestantes.

A implementação de diretrizes claras e abrangentes sobre o tratamento de transtornos mentais em gestantes é essencial para capacitar os profissionais de saúde a oferecer cuidados adequados. Além disso, uma abordagem multidisciplinar que integre diferentes áreas da saúde pode melhorar a comunicação e a tomada de decisões informadas, garantindo que as necessidades das gestantes sejam atendidas de forma holística. As alternativas não farmacológicas também desempenham um papel vital, oferecendo opções seguras e eficazes para o manejo de sintomas, além de promover uma melhor saúde mental durante a gravidez.

Por fim, a conscientização sobre a importância do acesso a medicamentos seguros e eficazes deve ser uma prioridade tanto nas políticas de saúde pública quanto nas campanhas educativas. Reduzir o estigma e incentivar o diálogo aberto sobre saúde mental durante a gravidez não só melhora a adesão ao tratamento, mas também contribui para a saúde e o bem-estar das mulheres e de seus filhos. Um compromisso coletivo para enfrentar esses desafios pode transformar o cuidado à saúde materno-fetal, promovendo um futuro mais saudável para todas as gestantes.

**REFERÊNCIAS**

ARNAUD, María Florencia *et al*. Impactos das medidas de isolamento no acesso à saúde e hábitos da população adulta da Argentina. In: **SAÚDE COLETIVA: AVANÇOS E DESAFIOS PARA A INTEGRALIDADE DO CUIDADO-VOLUME 2**. Editora Científica Digital, 2021. p. 191-210.

AVILA, Walkiria Samuel *et al*. Posicionamento da Sociedade Brasileira de Cardiologia para gravidez e planejamento familiar na mulher portadora de cardiopatia–2020. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 114, n. 5, p. 849-942, 2020.

BARBOSA, Fabiana da Costa Borges; VIEIRA, Adriele Laurinda Silva. ZINGIBER OFFICINALE (GENGIBRE) NA ÊMESE GRAVÍDICA: uma breve revisão narrativa. **Scientia Generalis**, v. 2, n. 2, p. 107-115, 2021.

CHAVES DE LIMA, Maria Valéria *et al*. Conhecimento e práticas dos profissionais de saúde e das gestantes acerca do uso de plantas medicinais. **Revista de Educação Popular**, v. 22, n. 2, 2023.

DA SILVA, Ivisson Lucas Campos. Anais da I Jornada Materno-Infantil da Maternidade Dona Evangelina Rosa. **REVISTA INTERDISCIPLINAR CIÊNCIAS E SAÚDE-RICS**, v. 6, n. 2, 2020.

DA SILVEIRA, Matheus dos Santos; DE SOUSA, Natália Carvalho Viana. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Saúde Mental: discussões à luz do conceito de desenvolvimento sustentável em contextos amazônicos. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 9, n. 18, p. 124-154, 2020.

DE CARVALHO, Simone Ribeiro; BAIENSE, Alex Sandro Rodrigues. O uso de fitoterápicos em pacientes com depressão. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 10, p. 1952-1966, 2023.

DE MORAES D’ANGELO, Isabele Bandeira *et al*. O avanço do coronavírus e os desafios para o cuidado da saúde nas comunidades vulneráveis no Estado de Pernambuco, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e855986428-e855986428, 2020.

DE RESENDE, Natália Helena *et al*. Problemas relacionados ao uso de medicamentos no acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes com tuberculose, HIV/AIDS e na coinfecção: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, p. e1211427424-e1211427424, 2022.

DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira *et al*. Aborto inseguro no Brasil: revisão sistemática da produção científica, 2008-2018. **Cadernos de saúde pública**, v. 36, n. Suppl 1, p. e00190418, 2020.

DE SALES, Gabriela Pereira *et al*. PSICOTRÓPICOS: O USO DO CLONAZEPAM COMO ALTERNATIVA NO TRATAMENTO DE ANSIEDADE EM ADULTOS. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 13, n. 2, p. e1054-e1054, 2024.

GARCIA, Georgia Dalla Valle *et al*. Percepção dos profissionais de saúde sobre saúde mental na atenção básica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, p. e20180201, 2020.

MATOS, Wysley Alves; SOARES, Rafael Nascimento; DOS SANTOS, Marcos Vinícios Ferreira. Uso de antidepressivos na infância e adolescência. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, p. e331111638131-e331111638131, 2022.

MARTINS, Catharina Teixeira; KOBAYASHI, Rika Miyahara. Competência clínica do enfermeiro na assistência à gestante cardiopata: revisão integrativa. **OPEN SCIENCE RESEARCH VI**, v. 6, p. 470-483, 2022.

OLIVEIRA, Yonara Monique da Costa *et al*. Judicialização de medicamentos: efetivação de direitos ou ruptura das políticas públicas?. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 130, 2020.

POSSA, Geovana Carisani *et al*. Classificação do risco de consumo de álcool de gestantes nos últimos 12 meses e durante a gravidez. **SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas**, v. 17, n. 4, p. 44-53, 2021.

PRETO, Vivian Aline *et al*. Transtornos mentais comuns, estresse e autoestima em universitários da área da saúde do último ano. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e844986362-e844986362, 2020.

STOCCO, Gisele Romagna; MUNDIM, Deivson Fabio Viana Santana; DE ARAÚJO FURTADO, Elcimar Neves. Abordagem estratégica das disparidades de saúde no Brasil em direção aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Journal of Research in Medicine and Health**, v. 2, 2024.